

Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis Integradas na Região Hidrográfica 4

Parte 4 – Cenários Prospetivos

3 – Programas e Planos Nacionais e Regionais

Junho de 2012
(Revisão Final)



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

ÍNDICE

3. Programas e Planos Nacionais e Regionais	7
3.1. Enquadramento	7
3.2. Programas/Planos Nacionais	9
3.2.1. Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT).....	9
3.2.2. Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)	12
3.2.3. Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas.....	13
3.2.4. Plano sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000).....	13
3.2.5. Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável.....	14
3.3. Programas/Planos Regionais	15
3.3.1. Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro.....	15
3.4. Programas de Desenvolvimento Territorial	16
3.4.1. Programa Territorial de Desenvolvimento da Comunidade Urbana das Beiras (Comurbeiras) .	16
3.4.2. Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Mondego.....	16
3.4.3. Programa Territorial de Desenvolvimento do Pinhal Interior Norte	17
3.4.4. Programa Territorial de Desenvolvimento da Sub-região do Baixo Vouga	18
3.4.5. Programa Territorial de Desenvolvimento da Região Dão-Lafões.....	18
3.5. Programas Operacionais	19
3.5.1. Quadro de Referência Estratégico Nacional.....	19
3.5.2. Programa Operacional de Valorização do Território.....	20



SIGLAS E ACRÓNIMOS

PNPOP – Programa nacional de Política de Ordenamento do Território

PNUEA – Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água

PSRN 2000 – Plano sectorial da Rede Natura 2000

PEAASAR II – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais

ERSAR – Orientações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

PNBEPH – Programa Nacional de Barragem com Elevado Potencial Hidroelétrico

PROMAR – Programa Operacional Pesca 2007 – 2013

ENAAC – Estratégica Nacional de Alterações Climatológicas

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

POVT – Programa Operacional de Valorização do Território

QREN – Quadro Referência Estratégico Nacional

ENDS – Estratégica Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

FICHA TÉCNICA

Cliente

ARH Centro, I.P. – Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.

Referência do Projeto

Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Vouga, Mondego e Lis

Descrição do Documento

Cenários Prospetivos – Programas e Planos Nacionais e Regionais

Referência do Ficheiro

RH4_P4_S3_RT_final.doc

N.º de Páginas

20

Autores

Dr. José Carlos Correia

Outras Contribuições

Eng.º Rui Coelho

Eng.ª Elisabete Raimundo

Prof.º Saldanha Matos

Diretor de Projeto

Eng.º Rui Coelho

Data da 1.ª versão

26 de Julho 2011

REGISTO DE ALTERAÇÕES

Revisão / Verificação	Data	Responsável	Descrição
01	26/11/2011	José Saldanha Matos	Alterações decorrentes da apreciação geral da ARH do Centro, I.P.
Final	30/06/2012	José Saldanha Matos	Retificação tendo por base os pareceres recebidos em fase de participação pública

3. Programas e Planos Nacionais e Regionais

3.1. Enquadramento

A análise documental realizada no âmbito do presente PGBH do Vouga, Mondego e Lis, conforme descrito na abordagem metodológica, centra-se numa análise exaustiva dos documentos de política sectorial e territorial, de âmbito nacional e regional, que contêm orientações e medidas para os setores em análise e com potencial interferência no planeamento da gestão da água.

No Quadro 3.1. 1 apresenta-se uma listagem dos planos e programas analisados, para em seguida se apresentar uma síntese dos planos de âmbito nacional e regional.

Quadro 3.1. 1 – Listagem dos documentos analisados

Planos e Programas	Descrição
Âmbito territorial nacional e regional	
Programas Nacionais	Programa Nacional da Política Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT) Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) Plano sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) Estratégica Nacional das Alterações Climáticas (ENAA) Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
Programas/Planos Regionais	Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) do Centro
Programas de Desenvolvimento Territorial	Programa Territorial de Desenvolvimento da Comunidade Urbana das Beiras (Comurbeiras) Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Mondego Programa Territorial de Desenvolvimento do Pinhal Interior Norte Programa Territorial de Desenvolvimento da sub-região do Baixo Vouga Programa Territorial de Desenvolvimento da Região Dão-Lafões
Programas Operacionais	Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) Programa Operacional de Valorização do Território (POVT)



(Cont.)

Planos e Programas	Descrição
Âmbito sectorial	
Setor Urbano	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (2007–2013) – PEAASAR II Orientações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)
Setor do Turismo	Plano Estratégico Nacional do Turismo Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Turismo Náutico Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Gastronomia e Vinhos Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Sol e Mar Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – <i>Touring</i> cultural e paisagístico Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Turismo de Natureza Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – <i>Resorts</i> Integrados e Turismo Residencial Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Golfe Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Turismo de Negócios Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Saúde e Bem-Estar Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – <i>City-Breaks</i> Programa Nacional de Turismo de Natureza Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira
Setor Industrial	Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais
Setor Agrícola	Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais
Setor da Pecuária	Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais
Setor da Energia e Aproveitamentos Hidráulicos	Estratégia Nacional para a Energia Plano Nacional para a Eficiência Energética Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH) Resolução do Conselho de Ministros nº 54/2010, de 4 de agosto
Setor da Pesca, da Aquicultura e Portos	Plano Estratégico Nacional para as Pescas Plano Nacional Marítimo Portuário Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR)

Fonte: própria

De referir que os Planos e Programas de Âmbito sectorial foram analisados em cada um dos setores em causa, que correspondem a capítulos específicos, mais concretamente:

- Capítulo 5 – Setor dos Sistemas Urbanos;
- Capítulo 6 – Setor Turismo;
- Capítulo 7 – Setor Industrial;
- Capítulo 8 – Setor Agrícola;
- Capítulo 9 – Setor da Pecuária;
- Capítulo 10 – Setor da Energia e Aproveitamentos Hidráulicos;
- Capítulo 11 – Setor da Pesca, da Agricultura e dos Solos

3.2. Programas/Planos Nacionais

3.2.1. Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)¹ contempla orientações estratégicas para o desenvolvimento e coesão do território nacional, assumindo-se como o quadro referencial de compromissos das políticas com incidência territorial, nomeadamente para os instrumentos de gestão territorial. Portanto, o PNPOT define a estratégia de desenvolvimento para o “Portugal 2025”, sistematizada através de um plano de ação que contempla um conjunto articulado de objetivos estratégicos, objetivos específicos e medidas prioritárias.

Define os seguintes objetivos estratégicos para Portugal:

- Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.
- Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibéricos, europeu, atlântico e global.
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.

¹ Aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, publicada no Diário da República n.º 170, I Série, de 4 de setembro de 2007



- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.
- Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e Administração Pública.
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições”.

Cada objetivo estratégico corresponde aos seis domínios de problemas de ordenamento do território, detendo diferentes linhas de intervenção polarizadas pelos respetivos objetivos específicos:

- Estruturar o território nacional de acordo com o modelo e a estratégia de desenvolvimento económico-social sustentável do País, promovendo uma maior coesão territorial e social, bem como a adequada integração em espaços mais vastos, considerando as questões fronteiriças, ibéricas, europeias e transatlânticas;
- Estimular o desenvolvimento local e regional, garantindo a equidade no acesso a infraestruturas, equipamentos coletivos e serviços de interesse geral essenciais para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a competitividade das empresas;
- Salvaguardar e valorizar os recursos naturais e promover a sua utilização sustentável, bem como garantir a proteção dos valores ambientais e do património natural, paisagístico e cultural;
- Definir princípios, orientações e critérios que promovam formas de ocupação e transformação do solo pelas atividades humanas compatíveis com os valores subjacentes aos objetivos referidos nas alíneas anteriores;
- Compatibilizar opções, políticas e instrumentos de gestão territorial, incluindo os de âmbito sectorial, promovendo a coerência vertical entre os níveis nacional, regional e local e a coerência horizontal entre setores distintos com incidência espacial, bem como favorecer iniciativas e comportamentos dos particulares e dos agentes económicos convergentes com os objetivos definidos.

O PNPOT propõe como **opções estratégicas** a considerar na organização do território:

- Assumir a necessidade de ganhos generalizados e elevados de produtividade e a importância da dimensão territorial para esse objetivo, designadamente nos aspetos ligados à disponibilidade de fatores imateriais de competitividade e à criatividade e competitividade do meio, o que aponta para uma prioridade à cidade e ao estabelecimento de novas relações entre a cidade e o espaço envolvente.
- Assumir o papel estratégico da Região Metropolitana de Lisboa e da Aglomeração Metropolitana do Norte litoral, enquanto principais espaços de competitividade internacional onde se localizará o essencial da economia nacional;

- Reforçar e preservar os fatores que suportam a imagem das regiões que já assumiram visibilidade internacional, em particular das regiões turísticas (Algarve e Madeira) e das Áreas Metropolitanas, nomeadamente nos aspetos mais visíveis da qualidade do espaço público e da paisagem e na dimensão internacional dos equipamentos e funções urbanas.
- Reforçar e consolidar um novo espaço de internacionalização no centro litoral, apoiado no polígono urbano Leiria-Coimbra-Aveiro-Viseu, com o reforço de uma base industrial inovadora e ampliando os nichos de serviços avançados em afirmação, com articulações/prolongamentos para o interior, na direção de Espanha.
- Recuperar o papel da indústria no crescimento da economia e reforçar o seu maior dinamismo nas áreas do norte e centro litoral, contrariando as possíveis evoluções divergentes destas áreas em termos de convergência territorial.
- Reforçar a dimensão urbana e as relações de proximidade e complementaridade (policentrismo) como suporte à qualificação do terciário e ao desenvolvimento de serviços avançados para o mercado nacional e internacional.
- Prosseguir as políticas de suporte ao desenvolvimento da atividade económica do interior, designadamente para o desenvolvimento das atividades industriais e agrícolas e de serviços mercantis “exportáveis” para outras regiões. Neste contexto, um relevo especial deve ser dado às atividades turísticas e ao suporte das dinâmicas dos principais centros urbanos. Assumir como prioridade a retenção das populações nestas regiões e a criação de condições para que se tornem destino de trabalhadores imigrantes.
- Criar mecanismos que respondam a uma possível instabilidade da ocupação do território, nomeadamente em termos de mercado habitacional face a volumes significativos de populações (i)migrantes.
- Prosseguir a infraestruturação do território por forma a criar em todas as regiões condições materiais equitativas de acesso aos serviços e funções urbanas, prosseguindo um cenário de indiferenciação estruturada do território. As cidades, uma rede de infraestruturas de acolhimento de atividades intensivas em conhecimento, designadamente de parques de ciência e tecnologia, uma rede de plataformas logísticas, a disponibilidade das infraestruturas de comunicações de banda larga são os elementos essenciais dessa atuação.
- Recuperar uma função económica para os espaços rurais que deixaram de ter funções produtivas agrícolas, como condição da sua preservação e sustentabilidade.
- Desmontar a armadilha da canalização das poupanças para o imobiliário não apenas pelo enviesamento que provoca na afetação de recursos nacionais mas também por ser o principal fator de desordenamento e degradação do território.



O **modelo territorial** do futuro assenta em seis vetores maiores:

- A salvaguarda e valorização dos patrimónios natural e cultural;
- A assumpção da urbanização global do território configurando um sistema urbano competitivo e sustentável;
- A necessidade de abertura ao exterior e a fluidez dos movimentos;
- A cobertura de todos os segmentos de território nacional com redes de infraestruturas e de equipamentos coletivos, em consonância com o sistema urbano, otimizando o bem-estar das populações e a competitividade dos territórios;
- A necessidade de promover o reordenamento territorial de atividades económicas, nomeadamente da indústria transformadora, do comércio, dos serviços e do turismo;
- O imperativo do aproveitamento do recurso solo para as produções agrícola, silvícola e pecuária, através de adequado ordenamento a várias escalas.

3.2.2. Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)

O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água — Bases e Linhas Orientadoras, foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005 de 30 de junho.

O objetivo primordial do PNUEA é a promoção do uso eficiente da água em Portugal, em particular nos setores consumptivos, urbano, agrícola e industrial, contribuindo desta forma para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.

O PNUEA define metas a atingir ao fim de um período de 10 anos para os setores referidos, sendo que para o setor urbano este estabelece um aumento de eficiência de utilização da água de 60% para 80%, sendo expectáveis, no entanto, variações a escala regional e local.

Para a consecução das metas estabelecidas no PNUEA prevê-se a adoção de um conjunto de medidas que envolvem:

Medição e reconversão de equipamentos de utilização da água.

- Sensibilização, informação e educação.
- Regulamentação e normalização.
- Formação e apoio técnico.

3.2.3. Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas

A Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC)² pretende aumentar a consciencialização sobre as alterações climáticas, manter atualizado e disponível o conhecimento científico sobre as mesmas e os seus impactes e, ainda, reforçar as medidas que Portugal terá de adotar, à semelhança da comunidade internacional, com vista ao controlo dos seus efeitos.

De acordo com este documento, as alterações climáticas são consideradas como uma das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas que o planeta e a humanidade enfrentam na atualidade, daí a necessidade de adaptação às mesmas.

Neste sentido, a EN AAC estrutura-se de acordo com os quatro objetivos seguintes:

- Informação e conhecimento.
- Redução da vulnerabilidade e aumento da capacidade de resposta.
- Promoção da participação, sensibilização e divulgação.
- Desenvolvimento da cooperação internacional.

A EN AAC implicará medidas de adaptação as quais são consideradas “a resposta que os vários decisores e agentes devem tomar para fazer face aos riscos e impactes resultantes das alterações climáticas que foram previamente identificados. O objetivo dessas medidas pode ser: anular ou reduzir significativamente o risco de danos; potenciar os benefícios; reduzir ou mitigar as consequências de fenómenos resultantes das alterações do clima”.

3.2.4. Plano sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)

O PSRN2000 é enquadrado pelo Artigo 8º do Dec.-Lei n.º 140/99 de 24/4 com a redação dada pelo Dec.-Lei n.º 49/2005 de 24/4, tendo sido aprovado em 2008, com a publicação da RCM nº 115-A/2008, de 21 de julho.

O Plano sectorial da Rede Natura 2000, PSRN2000, é um instrumento de gestão territorial, que visa a salvaguarda e valorização dos Sítios e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade.

² Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2010, de 1 de abril de 2010



Trata-se de um plano desenvolvido a uma macro-escala (1:100 000) para o território continental, que caracteriza os habitats naturais e seminaturais e as espécies da flora e da fauna presentes nos Sítios e ZPE, e define as orientações estratégicas para a gestão do território abrangido por aquelas áreas, considerando os valores naturais que nelas ocorrem.

O PSRN2000 vincula as entidades públicas, dele se extraindo orientações estratégicas e normas programáticas para a atuação da administração central e local.

O PSRN2000 é um instrumento dinâmico, suscetível de ser atualizado periodicamente, quando as alterações na informação de base o justifiquem.

3.2.5. Estratégica Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) e o respetivo Plano de Implementação (PIENDS) foram aprovados pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto. Essa Resolução criou também um grupo de trabalho coordenação operacional da implementação da estratégia liderada pelo Prof. António Gonçalves Henriques, a quem foi atribuída a missão de elaborar relatórios de execução, sob supervisão do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico e tendo por suporte a rede de pontos focais da CNEL-PT.

A ENDS 2015 foi concebida como uma arquitetura de integração e projeção no horizonte de 2015 dos diversos instrumentos de planeamento estratégico do Governo, em particular do Programa Nacional de Ação de Crescimento e Emprego (PNACE), do Plano Tecnológico (PT), do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e das estratégias e medidas sectoriais que os integram.

São sete os Objetivos consignados na ENDS 2015:

- 1º Objetivo - Sociedade do Conhecimento
- 2º Objetivo - Crescimento, Competitividade e Eficiência Energética
- 3º Objetivo - Ambiente e Património Natural
- 4º Objetivo - Equidade e Coesão Social
- 5º Objetivo - Valorização do Território e conectividade Internacional
- 6º objetivo - Participação Ativa na Cooperação Internacional
- 7º Objetivo - Administração Pública Eficiente.

A estrutura de governação da ENDS foi alterada em 2010, cabendo ao Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), do MAOT, coordenar o desenvolvimento da ENDS e assegurar a articulação com a Estratégia Europeia De Desenvolvimento Sustentável, (Despacho n.º 13560/2010, de 24 de agosto). Compete ao Grupo Operacional do MAOT, a missão de operacionalização da ENDS (Despacho n.º 2316/2011, de 1 de fevereiro).

A ENDS e o PIENDS estão em vigor desde 2007 e abrangem o horizonte temporal 2015. No âmbito das obrigações comunitárias são entregues à CE os relatórios bienais de acompanhamento e monitorização da ENDS, os quais são submetidos ao Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) para garantir uma permanente participação da sociedade civil no acompanhamento da implementação da Estratégia.

3.3. Programas/Planos Regionais

3.3.1. Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro

O Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro (PROT-Centro) é um instrumento estratégico que estabelece as linhas orientadoras do desenvolvimento, organização e gestão dos territórios da Região Centro, enquadra os investimentos estruturantes a realizar e serve de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território.

Refletindo os princípios, objetivos e orientações consagrados no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e constituindo um quadro de referência estratégico para os Planos Municipais de Ordenamento do Território, o PROT é uma peça fundamental que permite articular e dar coerência ao sistema de gestão territorial desde o nível nacional até ao municipal” (www.ccdrc.pt).

O PROT Centro, para além dos objetivos genéricos³, consonantes com o intuito dos Planos Regionais de Ordenamento do Território, apresenta os seguintes objetivos estratégicos:

- “O reforço dos fatores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu.
- A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais;
- O aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico.
- A mobilização do potencial agropecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidroagrícolas.

³ Definir diretrizes para o uso, ocupação e transformação do território, num quadro de opções estratégicas estabelecidas a nível regional; Desenvolver, no âmbito regional, as opções constantes do programa nacional da política de ordenamento do território e dos planos sectoriais; Traduzir, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável formulados no plano de desenvolvimento regional; Equacionar as medidas tendentes à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intrarregionais; Servir de base à formulação da estratégia nacional de ordenamento territorial e de quadro de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território” (www.ccdrc.pt).



- O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral.
- O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior” (www.ccdrc.pt).

3.4. Programas de Desenvolvimento Territorial

3.4.1. Programa Territorial de Desenvolvimento da Comunidade Urbana das Beiras (Comurbeiras)

O Programa Territorial de Desenvolvimento da Comurbeiras resulta da participação ativa dos municípios que a constituem: Almeida, Celorico da Beira, Guarda, Figueira de Castelo Rodrigo, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Trancoso, Belmonte, Covilhã e Fundão. Este Programa visa a definição de opções estratégicas para o seu território e de um plano de ação para o período 2007-2013, coincidente com o QREN

No âmbito deste plano foram definidos 5 eixos de desenvolvimento para a Comunidade Urbana das Beiras:

Eixo I - Património Histórico, Turismo e Ambiente

Eixo II - Produtos do Território

Eixo III - Posicionamento Transfronteiriço

Eixo IV - Inovação e Competitividade

Eixo V - Coesão Social e Territorial

Nestes eixos estratégicos foram enquadrados 24 apostas estratégicas, para cuja materialização foram identificados mais de 500 projetos nacionais (públicos e privados) e transnacionais a implementar nos próximos anos

3.4.2. Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Mondego

O Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Mondego abrange os municípios que constituem a Associação de Município do Baixo Mondego e Gândaras: Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho, Mortágua, Penacova e Soure. Este Programa visa a definição de opções estratégicas para o seu território e de um plano de ação 2020.

As linhas estratégicas definidas neste programa são:

Eixo I: Alcançar massa crítica no plano “cidade”;

Eixo II: Viabilizar a afirmação na região das atividades empresariais centradas na “Economia do Conhecimento”;

Eixo III: Desenvolver na região uma jazida sustentável de emprego e crescimento baseados na valorização dos recursos endógenos;

Eixo IV: Reforçar e aprofundar a vocação universitária de Coimbra;

Eixo V: Garantir a coesão territorial interna da região;

Eixo VI: Montagem de um sistema de governança regional.

3.4.3. Programa Territorial de Desenvolvimento do Pinhal Interior Norte

O Programa Territorial de Desenvolvimento da região do Pinhal Interior Norte abrange os municípios que constituem a Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte: Alvaiázere, Ansião, Arganil, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Tábua e Vila Nova de Poiares.

Neste programa, a estratégia proposta para a Região do PIN assume a seguinte visão: “Pinhal Interior Norte: Um Centro Alternativo e Sustentável”

Esta visão é suportada e afirmada em torno de três linhas estratégicas:

Linha Estratégica 1. Apostar na educação e na qualificação - Investir nas pessoas e criar uma Região empreendedora, orientada para a valorização do potencial humano regional como pilar estratégico do desenvolvimento integrado e sustentado da Região;

Linha Estratégica 2. Qualificar o território, estruturar e integrar diversidades – Criar uma Região coesa e competitiva, alinhada com os novos desafios de valorização territorial com vista à criação de um espaço de qualidade, e organizada de modo a garantir e estimular o sucesso dos projetos a implementar;

Linha Estratégica 3. Valorizar a base económica regional – Apostar numa Região inovadora que ousa ser diferente, através do estímulo à capacidade de inovar, de criar valor e do fomento da progressão na cadeia de valor dos produtos e setores económicos existentes ou que se revelam com forte potencial regional.

Para prossecução das linhas estratégicas definidas neste programa, o mesmo foi estruturado em 4 Operações Integradas:

Operação Integrada I. Rede de Áreas de Suporte à Economia Regional;

Operação Integrada II. Programa de Valorização da Rede Urbana e Qualidade de Vida;

Operação Integrada III. Rede Intermunicipal de Mobilidade e Acessibilidades;

Operação Integrada IV. Programa Estratégico de Valorização Ambiental.



3.4.4. Programa Territorial de Desenvolvimento da Sub-região do Baixo Vouga

O Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Mondego abrange os municípios que constituem a Associação de Município do Baixo Mondego e Gândaras: Águeda, Albergaria A Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

As linhas estratégicas definidas neste programa são:

- Valorização das Dinâmicas Económicas e Competitividade Empresarial
- Valorização dos Espaços Naturais e da Nova Agenda do Ambiente
- Qualificação Urbana e Valorização do Património e da Vivência Cultural Promoção da Coesão Social e Territorial
- Valorização da Governança, da Modernização Administrativa e Capacitação Institucional

3.4.5. Programa Territorial de Desenvolvimento da Região Dão-Lafões

O Programa Territorial de Desenvolvimento da Região Dão-Lafões abrange os municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões: Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, São Pedro do Sul, Sátão, Santa Comba Dão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela.

As linhas estratégicas definidas neste programa são:

Linha 1 – Qualificação, inovação e competitividade nas atividades económicas

Linha 2 – Consolidação do sistema urbano de Viseu

Linha 3 – Qualificação do território

Linha 4 – Valorização de recursos territoriais específicos

Linha 5 – Proteção e valorização ambiental

Linha 6 – Administração, cooperação territorial e promoção da Região

3.5. Programas Operacionais

3.5.1. Quadro de Referência Estratégico Nacional

O Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013⁴ “assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas”. Deste modo, apresenta as seguintes prioridades estratégicas:

- “Promover a qualificação dos portugueses e das portuguesas, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade.
- Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objetivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atração e estímulo ao investimento empresarial qualificante.
- Garantir a coesão social atuando, em particular, nos objetivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como ator de produtividade e medida de inclusão social.
- Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objetivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da atividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o

⁴ Observatório do QCA III - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL - PORTUGAL 2007-2013, 2007



reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento.

- Aumentar a eficiência da governação privilegiando, através de intervenções transversais nos Programas Operacionais relevantes, os objetivos de modernizar as instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e coletivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação”.

3.5.2. Programa Operacional de Valorização do Território

O Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) 2007-2013 sistematiza as orientações do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), no que respeita à estratégia definida pela Agenda Operacional para a Valorização do Território que se assume como subsidiária do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

O POVT tem uma autoridade de gestão própria, à semelhança dos restantes Programas Operacionais. É aos beneficiários e demais entidades públicas e privadas e sociedade civil, a quem cabe efetivar os objetivos deste Programa em resultados concretos que elevem o país e respetivas regiões para o ambicionado nível de desenvolvimento económico e social.

O POVT tem na base a Agenda Temática (e Operacional) de Valorização do Território, que estabeleceu como objetivo dotar o país e as regiões de melhores condições de atratividade para o investimento produtivo e melhores condições de vida para as populações abrangendo intervenções de nível infraestrutural e dotação de equipamentos tendo em vista uma maior coesão económica, social e territorial.

Os objetivos de natureza estratégica do POVT enquadram-se nos grandes objetivos da Agenda Operacional para a Valorização do Território:

- Atenuar a situação periférica do país no contexto global, por via da melhoria da conectividade internacional e da integração das redes nacionais às redes transeuropeias de transportes;
- Consolidar as redes e infraestruturas que estruturam o território nacional, ao serviço da competitividade e da coesão;
- Promover o desenvolvimento urbano policêntrico, reforçando a articulação das cidades com as respetivas áreas envolventes e a qualificação dos espaços urbanos;
- Preservar e valorizar os recursos naturais, a biodiversidade e o património natural;
- Qualificar os serviços ambientais, garantindo a sua universalidade e sustentabilidade;
- Prevenir, gerir e monitorizar os riscos naturais e tecnológicos;
- Promover a coesão social, assegurando a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos.